

ATA DA 340ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 12 de junho de 2017

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às catorze horas, foi realizada a trecentésima quadragésima Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as): Nelino José Azedo de Mendonça, titular da Secretaria de Educação; Danielli de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; Arnaldo Sampaio, titular da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco; Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Edna Claudino Diniz Sores, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Natuch P. de Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Maria Francisca S. de Carvalho, titular da Secretaria Estadual de Saúde; Maria José Galvão Gueiros, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude – SDSCJ; José Rinaldo Carvalho da Silva e Silvan Ataíde, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social- SDS; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH; Tarciana S. Castelo Branco, suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Danielle Bezerra Calado, suplente do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP; Romero Silva e Deila do Nascimento Martins Cavalcanti, titular e suplente do Gabinete de Assessoria Jurídicas das Organizações Populares – GAJOP; Eliane da Costa Silva, titular da Inspetoria Salesiana do Nordeste – ISNEB. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: a diretora executiva Rosa Barros, Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Irani do Carmo, João Vianey, Sheila Ferreira, Gicélia Domingos de Carvalho Souza, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá. Dando início aos trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, Eduardo Gomes de Figueiredo, apresentou a representante da UNICEF em Pernambuco, solicitando do colegiado a permissão para iniciar os trabalhos com a exposição da visitante, considerando o conteúdo e extensão da pauta estabelecida para a assembleia, o que foi acatado pelos presentes. Iniciando a exposição, a visitante esclareceu objetivo do seu comparecimento à Assembleia, qual seja, apresentar as diretrizes para que os municípios se habilitem na Edição – 2017/2020 do Selo UNICEF, solicitando o apoio do Conselho Estadual na divulgação do mecanismo nos Conselhos Municipais, dado a sua incidência com relação aos mesmo. Após a exposição, o conselheiro Romero Silva informou que o Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, encontra-se em processo avançado de construção e, após aprovação, irá demandar que os municípios elaborem os seus respectivos planos de direitos humanos de crianças e adolescentes. Por fim, propôs a UNICEF incluir o Plano Municipal de Direitos Humanos de Criança e Adolescentes entre os critérios para os municípios se habilitarem na Selo UNICEF. Retomando a fala, a representante da UNICEF esclareceu são apresentados aos municípios 26 ações a serem cumpridas e, delas, o município poderá fazer opção por 19, o que não garante a opção do município pelo Plano de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, contudo, destaca a proposição como pertinente e possível de ser acatada pela UNICEF. Prosseguindo, informou que ainda são muitos os municípios que não se habilitam no Selo/UNICEF, destacando, a exemplo de Manari - PE, que são aqueles que mais precisam, tendo-se em vista seus indicadores sociais. Do exposto, foi deliberado que a UNICEF encaminhará, em breve, relação nominal dos municípios que não se habilitaram no mencionado selo e este Conselho Estadual ficará incumbido de enviar ofícios esclarecendo o mecanismo a todos os conselhos municipais constantes na lista referida. Prosseguindo, a Diretora Executiva, Rosa Barros,

esclareceu sobre a necessidade de revê as datas dos plenos descentralizados, sendo acatado pelo pleno as seguintes datas: 26 de setembro Arcoverde; 31 de outubro Petrolina. Ainda restou definido o dia 1 de agosto para a avaliação do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo/PEDAS – 2016. Com relação a avaliação do Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco (2008-2017), destacou-se que o Sociopedagógico realizou a análise do documento; elaborou o instrumental de avaliação; e, por fim, a Diretora Executiva elaborou os ofícios a serem encaminhado para respectivas secretarias acompanhados do instrumental de avaliação, aguardado o representante do Conselho de Assistência Social, considerando que o documento prevê avaliação conjunta do CEDCA/PE e CEAS/PE. Com relação a avaliação do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil de Pernambuco foi esclarecido que o documento se encontra em fase de análise, ficando definido que a metodologia será balizada pela a definida para o anterior. Com relação ao Seminário de Justiça Restaurativa foi apresentada a proposta da conferência e das mesas de discussão, aceita por todos os presentes, e ainda foi deliberado que a coordenação das mesas ficará a cargo de conselheiros do CEDCA/PE a serem indicados na próxima assembleia. Também foi aprovada a proposta do Seminário – 27 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. No que concerne aos recursos para ações anteriormente indicadas, deliberou-se pela apresentação, na próxima assembleia, do quadro demonstrativo dos recursos a serem disponibilizado para cada ação. Retomando a coordenação da assembleia, o presidente informou que foi criada integrando o Pacto pela Vida a Câmara do Socioeducativo, com reuniões ordinárias as quartas-feiras, e acredita-se que delas poderão emergir possíveis soluções para o sistema socioeducativo. Prosseguindo, passou-se a apresentação da Câmaras Temática de Políticas que recomendou a aprovação da Proposta Pedagógica da Escola Conselho de Pernambuco por Resolução, conforme parecer elaborado pelo sociopedagógico, bem como o encaminhar exemplares do documento à Coordenação Nacional de Fortalecimento dos Conselhos da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente – Conanda. Enviar para os e-mails dos conselheiros dados sobre avaliação Plano de Enfrentamento à Violência Sexual e do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil contendo metodologia, instrumento avaliativo e cronograma das ações e previsão da assembleia de avaliação. Com relação a solicitação de exemplares do Estatutos pelo Conselho Tutelar de São José da Coroa Grande – PE, encaminhou-se que o departamento Administrativo atenderá a solicitações de pequenas quantidades e, em situação excepcional, que demande grande quantidade, será submetida a deliberação pelo pleno. Com relação ao ofício nº 077/2017 – CONDICA/Recife, referente a natureza do registro do Instituto do Fígado de Pernambuco – IFP, recomenda-se regulamentar, por meio de Resolução, os procedimentos de registro e inscrição de entidades e programas governamentais e não-governamentais nos conselhos municipais da criança e do adolescente do estado de Pernambuco, bem como a reavaliação de registro dos programas em execução, conforme prescrito no artigos 90 e 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Continuando, a Câmara argumenta, em razão do término do convênio com governo de estado com o IEDS, em 15/05/2017, solicitar cópias do novo convênio com a finalidade de verificar a continuidade do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte – PPCAAM/PE, esclarecendo o cronograma de desembolso do governo federal do convênio original – nº 021/2014, em vigência até 17/01/2018. Solicitar, ainda, informações sobre o repasse do governo do estado de Pernambuco, no valor de R\$ 114.000,00, do aditivo com vigência até 17/05/2017, com suas respectivas publicações no diário oficial. A Câmara ainda recomenda que seja reiterado o Ofício – CEDCA/PE nº 139/2017, solicitando a Secretaria de Defesa Social o complemento de informações. As recomendações da Câmara Temática de Políticas Públicas foram submetidas ao regime de votação e acatadas por unanimidade pelos presentes. Continuando, passou-se as recomendações da Câmara de Orçamento e Finanças que

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 Graças CEP 52011-290 Recife – PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

acata a posição da Diretoria Executiva no sentido de locar um veículo de menor porte e custo, conforme cotação de preço no valor de R\$1297,00. Recomenda ainda a aprovação do relatório do setor do setor financeiro. A Câmara ainda aprova a utilização do saldo de aplicação financeira pela Escola de Conselhos, argumentando não haver impedimentos de ordem jurídica ou financeira, sendo necessário, apenas, o detalhamento da utilização dos recursos remanescentes conforme plano de trabalho elaborado para esse fim. As recomendações foram postas em regime de votação e atadas pelos presentes. Prosseguindo com os encaminhamentos da **Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas**, alicerçados no Relatório de Inspeção no Centro de Atendimento Socioeducativo – Abreu e Lima/Pernambuco, realizado em 05 de junho de 2017, a Câmara, considerando a Nota Pública do CONANDA, datada de 08/06/2017; considerando os relatórios emitidos pelo GAJOP, datado de 17 de maio e 05 de junho de 2017; considerando as 49 mortes de adolescentes no sistema Socioeducativo de Pernambuco nos últimos cinco anos; considerando recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, datado de 2016; considerando deliberação do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Respalhada no conjunto de argumentos acima expostas, a **Câmara recomenda** ao pleno deliberar pelo fechamento imediato da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Abreu e Lima – PE. Posta em regime de votação, emergiram um conjunto de discussões capitaneadas por conselheiros representantes da sociedade civil e representantes do governo, cujos argumentos convergiam para a necessidade de fechamento da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Abreu Lima, porém, divergiam com relação ao lapso temporal definido para fechamento. Após logo período de discussão e as dificuldades de reformulação da proposta encaminhada pela câmara, o presidente interrompeu a assembleia por 10 minutos, propondo que os conselheiros governamentais e da sociedade civil, apartados, consensuassem novos encaminhamentos a serem apresentados à plenária. Retornando aos trabalhos, a conselheira Danielle Bezerra Calado, tomando a voz da sociedade civil, tendo em vista ser consenso a necessidade de fechamento da referida unidade, propõe que seja demarcado o lapso temporal de 6 meses para o fechamento da unidade. O Presidente propõe que a conselheira, Maria José Galvão Gueiros, também técnica da FUNASE, fizesse alguns esclarecimentos considerando o conjunto de ações necessárias ao fechamento da unidade. A conselheira passou esclarecer que existem unidades em construção, cuja conclusão está prevista para dezembro do corrente ano. Ainda esclareceu que a Fundação adota mecanismo para povoamento de unidades, os quais não se restringem a remoção de adolescentes. Após a escuta, foi formulado e consensuada a seguinte recomendação: **1.** Fechamento progressivo da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Abreu e Lima – PE (CASE – Abreu e Lima/PE); **2.** Constituição de um grupo de trabalho para, em dois meses, definir estratégias e metodologias para o fechamento gradativo da referida unidade, estabelecendo critérios para povoamento das novas unidades a serem entregues no mês de dezembro de 2017; **3.** Que o processo de povoamento das novas unidades a serem entregues seja realizado no período de janeiro a março de 2018; **4.** Que o fechamento gradativo do CASE – Abreu e Lima – PE não exceda o dia 31 de março de 2018. Submetida ao regime de votação, o encaminhamento foi acatado por todos os presentes. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença e contribuição de todos e deu por encerrada a Assembleia.

Eduardo Figueiredo
Presidente do CDCA/PE

Publicada no dia 12 de julho de 2017 no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, pág. 19.